



**Discurso de S. EXA a PAR no VIII Fórum Parlamentar Ibero-americano  
Cádiz, Espanha, 25 de outubro de 2012**

Senhor Presidente do Congresso dos Deputados de Espanha, Senhor Jesus Posada Moreno,

Senhor Presidente do Senado de Espanha, Senhor Pio Garcia Escudero,

Senhor Vice Presidente do Parlamento do Panamá, que será o anfitrião do próximo Fórum Iberoamericano,

Obrigado pela excelência da recepção nesta cidade de Cádiz. Nós, Portugueses e Espanhóis, antecipámos na História a universalidade, dando ao Mundo novos mundos com as nossas caravelas.

Gostaria, à partida, de deixar três registos:

Primeiro: esta reunião é também uma celebração da Constituição de Cádiz. De Cádiz, com a sua irradiação cosmopolita, a sua racionalidade sem tempo e com o espaço do mundo. O espírito de Cádiz vale para dentro e para fora de Espanha, para dentro e para fora do Espaço Ibero-americano.

Segundo: nos trabalhos de ontem da Mesa 4, sobre os novos reptos para a Democracia Constitucional, defendeu-se a necessidade de dar a este Fórum uma consequência pragmática, de uma acção capaz de empreender algo de novo. Temos uma oportunidade de fazer História, num tempo social que se vive como

crise.

E o terceiro registo: o método é sempre a unidade, a partilha de ideais e de projectos.

Um encontro entre Parlamentos é sempre um grande desafio. Um desafio que confronta a nossa natureza moral de instituições da autonomia com a procura da felicidade de uma imensa escala de povos.

Como vamos nós responder a este desafio? Como vamos nós responder-lhe num mundo em mudança, em que os domínios da vida, da sociedade, da economia, da cultura se universalizam mais depressa do que os domínios da política? Como vamos nós reganhar a nossa função programante, função que parece perder-se no mundo global da economia global? Como vamos desenhar uma nova praxis política que corresponda aos valores universais?

Como uma nota que destoa numa sinfonia, como um paradoxo, os valores racionais do constitucionalismo ficaram prisioneiros da sua geografia congénita do estado-nação. Uma geografia que, de certo modo, os desligou da memória da sua ideia fundamental: a ideia de que o constitucionalismo se liga ao universalismo, que o seu espaço é o mundo e que só esse espaço corresponde à afirmação de uma transcendência humana sem fronteiras.

Mas então, “porque escondem as árvores o esplendor da sua raiz?”, para citar Pablo Neruda, no seu poema de perguntas.

Agora é o mundo de interacções, na economia, na tecnologia, na demografia, a reclamar ele mesmo um direito cosmopolita e novas formas de organização dos povos. A *veritas* do constitucionalismo, da subordinação dos poderes aos direitos, significa precisamente a afirmação desta perspectiva de uma centralidade da dignidade humana e de uma permanente adaptação dos poderes à sua máxima realização. Uma adaptação de todos os poderes, mesmo os poderes soberanos!

O momento mais importante da trajectória de Cádiz e outros lugares simbólicos da Europa e da América é, na verdade, a sinalização para uma sociedade dos povos. É o efeito contagiante do sentido que carrega e carregou, o de um consenso moral, contrafactual e sem tempo. É sobre esse sentido que deve desenvolver-se o paradigma deste novo tempo político. Os desafios que se lançam às democracias constitucionais, confrontadas com um ambiente social mutante e intranquilo, com o tempo da globalização, tem a resposta em formas de associação de Estados e num direito cosmopolita.

O valor estratégico do Fórum Iberoamericano está precisamente em contribuir para este modelo de coligação de Estados e de Povos, modelo que temos de desenvolver, como forma de vida, como técnica e ética de uma nova prática política. Para estabelecer uma conciliação permanente entre o espaço da nação e o espaço do mundo.

À imagem do Iluminismo, que ao construir o discurso da razão e dos direitos, lhes deu uma geografia do tamanho da humanidade, numa visionária ideia de união de povos. A ideia sublinhada por Kant, quando lembrava na sua *Paz Perpétua*, que a justiça das Constituições não se cumpre sem uma ordem externa adequada.

O ideal de Cádiz, com o seu paradigma imutável de liberdade, igualdade e universalidade, só tem realização num novo paradigma de partilha. Um paradigma que se impõe por razões morais e pragmáticas e que está ainda no seu ponto de partida.

O que se pede à comunidade de povos é uma resposta comum para uma justiça universal. Pede-se uma cidadania cosmopolita, crítica e em comunicação permanente com as instituições. Pede-se uma soberania que se afasta de Maquiavel e de Bodin e ganha um novo desenho para uma estratégia de acção partilhada dos Estados. Pede-se uma acção dos parlamentos, associações de Estados, cosmopolita e interactiva, que seja um impulso para a formação de

associações de Estados em democracias de larga escala.

Hoje, a excelência da representação exige um horizonte de mundo.

O regionalismo, quer dizer a associação regional de Estados, é hoje o novo pilar do sistema internacional, é a estrutura de organização dos poderes democráticos do futuro. Hoje, a não correspondência entre a geopolítica e a geoeconomia leva a um desequilíbrio dramático entre as regiões do globo e entre a qualidade de vida dos indivíduos e dos grupos. Com golpes de exclusão, mesmo nos países desenvolvidos. Falham as instâncias internacionais que garantam regras justas na produção e distribuição da riqueza. E uma cultura dos direitos nem sempre acompanha a força das potências emergentes. As relações entre os Povos estão marcadas pela ausência de uma verdadeira lealdade na competição: a União Europeia, com os seus problemas e à beira da recessão, dá-nos a imagem de uma conjuntura internacional que exige um projecto global ambicioso. Um projecto que tem as associações regionais de Estados ao centro e que conta com duas ferramentas essenciais: a política e o direito. E que é a única resposta às narrativas que nos batem à porta, dos domínios da vida de um mundo sem fronteiras.

A democracia tem que dar consequência às suas bases morais neste mundo de interacções. Tem que remover a iniquidade patente que o manifesto anacronismo das instituições da guerra fria não tem resolvido. A ONU, a Organização Mundial de Comércio, tardam em se renovar. É necessário, por isso, construir a fórmula do regionalismo, do modelo transversal. Esse é o sentido mais profundo contrato social, actualizado e renovado.

São inúmeras as ideias convocadas para as novas formações democráticas. O aproveitamento da tecnologia na comunicação política. O trabalho em rede das instituições. A valorização do poder local como factor de organização e resgate de encantamento para os espaços transnacionais. A cidadania cosmopolita, com a sua liberdade positiva. Políticas públicas abertas às evidências dos grandes desafios de hoje, como a dinâmica das demografias e a distribuição de encargos entre

gerações. A formação de uma instância mobilizadora das novas formas regionais, em jeito de confederação ou união. Uma diplomacia parlamentar com impulso para as novas democracias.

O Fórum IberoAmericano deve, hoje e aqui, sobre uma constelação de percursos, em que todos atravessámos momentos de sombra e claridade, afirmar a vontade moral de encarar as problemáticas do futuro. A criação de uma nova instância de mobilização das formas regionais poderia ser o primeiro passo para o desígnio de uma nova latitude no exercício da política, uma nova latitude que lhe dá um novo alcance prático que lhe possibilita a sua eficácia moral.

Neste dia, que constitui a um tempo determinação optimista e ritual, celebremos outras formas de união que, por esse mundo, têm a audácia de se sentar à mesma mesa, construindo acordos e consensos. O Mercosul e a CPLP são as que nos são mais próximas. Como as demais, carregam a virtude da negação do isolamento e a perspectiva moral que dá consciência sobre o lugar do outro.

Num tempo social vivido como crise, a estratégia da união e da partilha surge como único método de uma política emancipadora para os indivíduos e que dá a verdadeira maioria para os povos.

A dignidade do homem, afirmada pelo constitucionalismo, aguarda pelo seu lugar universal. Essa é a memória contagiante de Cádiz e a nossa janela para o mundo.